

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.877 - SP (2019/0234503-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
EMBARGANTE : WELLINGTON APARECIDO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUÍS CÉSAR ROSSI FRANCISCO - DEFENSOR PÚBLICO -
SP227133
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos a decisão que negou provimento ao recurso especial.

Sustenta a defesa que o *decisum* seria omissivo, na medida em que não apreciada tese relativa à impossibilidade de limitação de final de semana por 1 ano como condição ao *sursis*.

Requer seja sanado o vício apontado, acolhendo-se o pleito subsidiário.

Impugnação apresentada.

É o relatório.

DECIDO.

De fato, argumentou a defesa, de modo subsidiário, que "se esta vedada a imposição de limitação de final de semana como espécie de pena restritiva de direitos, também resta proibida a imposição desta sanção como condição ao *sursis*" (fl. 202).

Sobre a questão, asseverou o Tribunal *a quo*, ao julgar os embargos de declaração, que "A limitação de fim de semana constitui uma das condições para o *sursis*, expressamente prevista no § 1º do artigo 78 do Código Penal, não tendo o mesmo caráter da pena restritiva de direitos prevista no art. 48 do mesmo Diploma" (fls. 23/214).

Dispõe o art. 78 do Código Penal que:

Art. 78 - Durante o prazo da suspensão, o condenado ficará sujeito à observação e ao cumprimento das condições estabelecidas pelo juiz.

§ 1º - No primeiro ano do prazo, deverá o condenado prestar serviços à comunidade (art. 46) ou submeter-se à limitação de fim de semana

Em verdade, a Corte de origem conferiu correta interpretação ao referido dispositivo, ao dispor que o apenado, no primeiro ano do *sursis*, será submetido à limitação de fim de semana.

A propósito, "Conforme a dicção do art. 79 do CP, na hipótese do *sursis* simples, admite-se que o Julgador estabeleça outras condições às quais a suspensão condicional da pena ficará subordinada, desde que adequadas ao caso

Superior Tribunal de Justiça

concreto, **além das legalmente previstas, quais sejam, prestação de serviços à comunidade e limitação de final de semana**" (HC 440.286/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018).

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, sem efeitos modificativos.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

